

D. Francisco de Azevedo

O esquecido Governador Civil de Braga

Poeta, bibliófilo e grande amigo de Camilo

D. Francisco Lopes de Azevedo Velho de Fonseca Barbosa Pinheiro Pereira e Sá Coelho foi, na segunda metade do século XIX, um dos mais ilustres intelectuais minhotos. Nasceu na Casa de Marrancos, em Vila Verde, em 1809, e faleceu na sua Casa de Santo António do Penedo, no Porto, em 1876. Governador Civil de Braga e grande amigo de Camilo Castelo Branco – de quem mereceu uma referência especial no livro “Cancioneiro Alegre” (como nas páginas seguintes se verá) –, foi agraciado pela Rainha D. Maria II com o título de 1.º Visconde de Azevedo, e, mais tarde, com o de 1.º Conde de Azevedo, por concessão do rei D. Luís. Apesar da sua forte ligação a Braga e a Vila Verde, o bicentenário do seu nascimento passou praticamente despercebido – razão por que o lembramos nestas páginas, tanto mais que foi um aristocrata que dedicou grande parte da sua vida às Artes e às Letras.



Solar dos Azevedos (Barcelos)

Por

Victor Blanco de Vasconcellos

D. Francisco Lopes de Azevedo Velho de Fonseca Barbosa Pinheiro Pereira e Sá Coelho nasceu na Casa de Marrancos, em Vila Verde, a 21 de Fevereiro de 1809, e faleceu, na sua Casa de Santo António do Penedo, no Porto, a 25 de Dezembro de 1876. Era único filho varão de António Martinho Velho de Fonseca Barbosa Sousa e Castro (Senhor do Paço de Marrancos, Fidalgo da Casa Real e tenente-coronel do Regimento de Milícias de Barbelos) e de D. Emília Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá (Senhora dos Solares de Azevedo, dos Pinheiros, em Barcelos, dos Morgados dos Coelhos, em Vila do Souto Riba-de-Homem, e do de Pouve, do Couto de Mazarefes, das herdades de Paradela e Castro). D. Francisco de Azevedo teve apenas uma irmã – D. Maria José do Livramento de Azevedo Velho de Barbosa – que, por casamento, viria a ser Senhora dos Morgados da Torre de Real, do dos Meiras Falcões e do de Cadelas. O fidalgo que aqui nos ocupa – o referido D. Francisco de Azevedo – foi Moço Fidalgo na Casa Real com exercício no Paço, por alvará de 9 de Setembro de 1846, e 1.º Visconde de Azevedo, por carta concedida pela rainha D. Maria II, em 19 de

Agosto de 1846. A poucos dias da sua morte, foi elevado a Conde, por decreto de 23 de Novembro e Carta de 5 de Dezembro de 1876, passada pelo rei D. Luís I. Por heranças paterna e materna, foi Senhor dos Solares de Azevedo, dos Pinheiros (em Barcelos) e do de Marrancos (Vila Verde), e dos Morgados dos Coelhos de Vila do Souto de Riba-de-Homem e do de Pouve, do Couto de Mazarefes, das herdades de Paradela e Castro.

A instâncias do Visconde de Santa Marta, em 25 de Abril de 1832, tomou posse do cargo de coronel-comandante dos Voluntários Realistas, que se achavam em Viana do Castelo, durante as lutas liberais. Em Dezembro de 1843, veio viver para Braga. Nessa altura, muito instado por Silva Passos e Teixeira de Vasconcelos, aceitou auxiliar o Partido Progressista na campanha eleitoral de 1845. Em 29 de Maio de 1846, ainda os ânimos dos políticos estavam

agitadíssimos pela revolta de Maria da Fonte, foi nomeado Governador Civil de Braga, lugar de que tomou posse em 1 de Junho de 1846, demitindo-se logo em 6 de Julho. A 11 de Outubro, ao realizarem-se as eleições para deputados no Porto, foi eleito pelos Setembristas e Cabralistas. Mas, entretanto, ocorreu uma revolta na “Invicta”, onde se constituiu uma Junta Provisória do Supremo Governo do Reino, sob a presidência do Conde das Antas, e não se chegaram a reunir as câmaras legislativas. Foi ainda eleito deputado por Braga na legislatura de 1851 e 1852. Apesar de ainda relativamente novo em idade, o seu estado de saúde não era dos melhores. Essa situação de debilidade física não lhe permitiu continuar a actividade política, que viria a abandonar para se consagrar aos seus trabalhos literários. Senhor de vasta cultura e de uma excelente biblioteca, era tal o seu amor às obras antigas que algumas foram reeditadas numa tipografia que instalou no seu Solar de Azevedo. Foi também um assíduo e dedicado colaborador de Inocêncio Francisco da Silva na publicação do “Dicionário

Bibliográfico Português”. Em Maio de 1857, foi eleito sócio provincial da Academia Real das Ciências e, por proposta de Tomás Ribeiro (que também chegou a ser Governador Civil de Braga), passou a Sócio Correspondente. Em 1827, D. Francisco de Azevedo casara com D. Maria José Carneiro da Grã Magriço, filha e herdeira de José Carneiro da Grã Magriço, Senhor das Casas de Balazar (na Póvoa de Varzim) e de Rio Tinto, e de sua mulher D. Francisca Henriqueta Coelho Fiúza Ferreira Marinho Falcão Sotomaior, Senhora da Quinta da Espinheira e da Casa dos Coelhos, em Vila do Conde. Do casamento do Conde de Azevedo não nasceram filhos – pelo que deixou por testamento a sua grande biblioteca ao seu primo, o segundo Conde de Samodães, Francisco de Azevedo Teixeira de Aguiar, e os seus avultados bens dividiram-se pelas suas sobrinhas, filhas de sua única irmã, a já acima referida D. Maria José do Livramento e de Estevão Falcão (cabendo a D. Maria Júlia Falcão Pinheiro Bourbon e Menseses o Solar dos Pinheiros, em Barcelos, e o Morgado de Pouve; e a D. Maria Cândida Falcão de Azevedo o Solar de Azevedo, o Couto de Mazarefes e outros bens). O seu sobrinho-neto D. Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon, que foi 2.º Conde de Azevedo (título concedido em decreto pelo Rei D. Carlos I,

datado de 14 de Julho de 1905); viria a publicar em 1927 as “Cartas Inéditas de Camilo ao Primeiro Conde de Azevedo” – já que entre o Romancista de Seide e D. Francisco de Azevedo havia uma forte amizade e uma “grande cumplicidade literária”. No seu “Cancioneiro Alegre”, Camilo Castelo Branco faz, inclusivamente, uma elogiosa referência à capacidade poética do Conde de Azevedo, começando por salientar, numa extensa “crítica”, que D. Francisco “tinha a singularidade fenomenal de ser sábio e rico”. Nesse texto (que a seguir se reproduz), Camilo referencia que o seu amigo e poeta Conde de Azevedo foi Governador Civil de Braga em 1845 – o que não nos parece ajustar-se à realidade (foi-o de facto em 1846). Tal desavença de datas talvez se deva a um lapso de memória do famoso romancista, já que Camilo escreveu esse texto bastantes anos depois do curto período de governação do seu amigo Conde (o livro “Cancioneiro Alegre” foi publicado por Camilo em 1879, mais de trinta anos depois daquele período). Para assinalarmos (ainda que tardiamente...) o bicentenário do nascimento deste ilustre Conde, transcrevemos (ver páginas seguintes) o texto camiliano e o poema “Epicurista Inofensivo”, da autoria de D. Francisco de Azevedo, que o escritor de Seide também transcreveu no citado “Cancioneiro Alegre”. □

Em 29 de Maio de 1846, o Conde de Azevedo foi nomeado Governador Civil de Braga, lugar de que tomou posse em 1 de Junho de 1846, demitindo-se logo em 6 de Julho.

O Conde de Azevedo

segundo Camilo Castelo Branco

Tinha a singularidade fenomenal de ser sábio e rico. Seria inverosímil neste país o conde de Azevedo, se se dissesse que ele publicou livros seus para os vender. E, ainda assim, a liga do ouro e da ciência é já de sobra para que o erudito fidalgo fique na memória dos homens como um ente exceptuado que desgarrrou da contextura dos nossos costumes nacionais. Foi coronel de milícias, foi deputado, foi governador civil, foi conde, tinha no seu brasão a águia da varonia de Azevedos, contava avós até à fundação da monarquia lusitana, e daí para cima, desde D. Arnaldo de Baião, tudo nos persuade que os poderia encontrar até surpreender o Criador a fabricar o primeiro dos seus avós. Desdenhava prosápias e gloriava-se todavia particularmente de seu sétimo avô, Martim Lopes de Azevedo, o patriota preso, proscrito e empoebrecido porque se bandeira contra Castela na hoste de D. António, prior do Crato. Era um homem de bem. Para lhe chamarem nas gazetas facínora, caipira, besta e ladrão foi necessário que governasse o distrito de Braga em 1845. Desde que esquivou na poltrona da sua biblioteca o osso sacro aos pontapés da política, voltou a ser, por comum assentimento de todos os partidos, um espírito recto, muito esclarecido, e digno de exercer os cargos superiores do Estado.

Era católico estreme. Conhecia os santos padres. Ouvia missa, abstinha-se de vaca à sexta-feira, seguia os sacramentos, expunha as suas crenças na Associação Católica, na Livraria Moré, em sua casa, sem rubor de sua fé nem receio dos racionalistas. *Non erubescio*, dizia ele com o Apóstolo. Escreveu vigorosos opúsculos de polémica religiosa e prefaciou um livro meu – *A Divindade de Jesus* – com muita habilidade e teologia. Fazia versos. Traduziu aos vinte anos, e publicou aos sessenta, no prelo de sua casa, as *Bucólicas* de Virgílio. Escreveu a tragédia *Atreu e Tiestes*, fez odes e sonetos, epigramas e idílios. De tudo isto coligiu um volume que imprimiu em setenta exemplares e repartiu por setenta amigos. Um destes setenta vendeu o livro. O conde, tendo notícia dessa veniaga, concluiu que os seus amigos eram só sessenta e

nove. Depois, soube que se vendera num alfarrabista de Lisboa um volume das suas *Distracções Métricas*. Indagou com o fim de reduzir os seus amigos a sessenta e oito, quando soube que o exemplar havia aparecido no espólio do falecido, e por isso irresponsável, Torres de Almeida.

Tenho aqui cento e tantas cartas do conde de Azevedo. Quase todas versam assuntos bibliográficos, que ele professava magistralmente. A sua livraria era muito rica e muito lida, enquanto o conde pôde ler. Quase cego, colecionava ainda livros raros. Já doentíssimo, dois meses antes de morrer, expunha-me a sua perigosa moléstia e escrevia-me em conclusão: "Isto não dispensa a você de, quando bispar algum livrinho dos que lhe recomendo, o ir comprando para mim: e eu, se cá descobrir algum, imediatamente o participo para evitar duplicados". Poucos dias antes de falecer, mandou transferir para junto do leito, onde se estorcia em angústias, duas estantes envidraçadas que continham os livros mais raros. Já não os via; mas apalpava-os, e dizia aos seus amigos consternados: "Eles cá estão." Queria dizer que estavam ali os seus mais íntimos e prestantes amigos.

Tenho dele cartas engraçadas. Contei-lhe que um primo, o visconde ***, já em idade provectora, casara com uma menina sanguínea, conhecida do Chiado, não do frade-poeta daquele apelido, mas da antiga leoneira do Marrare, donde saíram todos estes ministros e pares e embaixadores de hoje em dia e que, naquele tempo, desmaiavam os lírios virginais do rosto de uma senhora só com o bafo acidulado de marraquismo ordinário. Depois, o visconde morreu, e a viúva deu à luz um menino robusto. Os sobrinhos do visconde, para desbalzarem da herança o produto da viúva, alegaram, estribando-se na decrepidez do defunto, que a criança era filha adúltera. O processo ia decidirse talvez contra a inocente criança, quando se descobriu que o pequeno tinha seis dedos num pé – anomalia que herdara de seu legítimo pai, que também tinha um dedo sobressalente no pé direito. A vista disto, os contraventores desistiram, e toda a gente viu, como eu vi



também, naquele sexto dedo do pé, o dedo da mão da Providência. A este respeito, escreve-me o conde de Azevedo: "Dá-me você

uma novidade que me espantou... Apenas ouvi dizer vagamente que a tal segunda mulher era uma menina muito nova, e

ele, visconde, quando casou segunda vez, passava muito dos oitenta anos. Em vista deste casamento extraordinário, todos

pensavam que, se a menina tivesse filhos, o pai destes seria um ente problemático; mas você dá-me agora a certeza do contrário, assegurando-me que o visconde, que era sem dúvida um homem finíssimo, teve o melindroso cuidado de fazer um filho, o qual pudesse desassombradamente provar a todo o tempo com evidência matemática a sua verdadeira paternidade; e, por isso, como ele, visconde, tinha seis dedos em um pé, fenómeno raríssimo em pés humanos, não se esqueceu de abrir no pé do filho igual raridade fenomenal. O que mais admira é como ele pôde fazer aquilo, quando tudo nos deve fazer crer que, ao tempo em que esboçava e aperfeiçoava depois o seu artefacto, não se serviu de microscópio nem de óculos, sequer. Fico convencido de que o meu primo visconde de *** foi escultor mais extraordinário que Praxíteles e Miguel Ângelo e Canova. Nenhum destes era capaz de lhe lavar os pés, porque ao lavarem-lhe o sexto dedo... borravam as calças. Perdoe-me você a grosseria da expressão, porque não sei outra com que lhe manifeste o meu espanto no caso que me conta dos seis dedos de meu primo." Daqui se depreende que o conde de Azevedo não aceitava a interferência providencial do sexto dedo na demanda instaurada contra a legalidade do filho da viscondessa de tal.

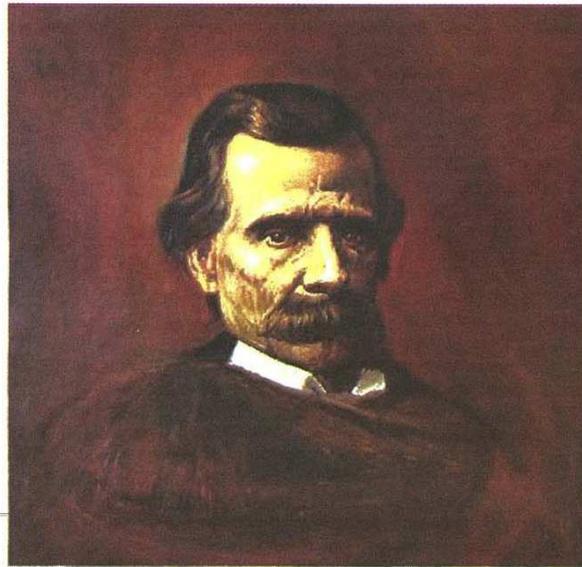
Se a religião lhe ficasse para além da razão, não saltava as barreiras da consciência a procurá-la. Sabia de cor Voltaire e resistira-lhe. Lia os heresiarcas da estirpe de Lutero. Abria os doutores da Igreja e demonstrava que a refutação era tão antiga como a heresia remoçada. O conde tinha uma cadeira de sola e pregaria amarela na sua

biblioteca. Depois de jantar, adormecia, ali sentado, uma hora. Vinham os amigos infalíveis nos seus saraus literários. Ele então descerrava o inesgotável tesouro da memória, sem pretensões, no tom familiar de quem conversa, perlustrando todas as províncias das letras amenas com uma crítica algum tanto atrasada, mas congruente

com os seus dogmas católicos. Ouviu ler *A Morte de D. João*, do Sr. Guerra Junqueiro, e não me consta que fizesse passar o poema ao ventre fecundo da Mãe-Terra pelo esôfago da sua latrina no largo de Santo António do Penedo. "Eu tenho mais medo aos petroleiros do que aos poetas", dizia ele; "mas receio que estes An-

fiões, em vez de pedras com que edifiquem cidades, arrastem correntes de petróleo com que as desmantelem." Ele não sabia que o efeito inflamatório da poesia no novo português é como o efeito das ventosas num morto: é lume pegado à lama e à podridão. Um poeta que em Portugal se desgrenha revolucionariamente é uma tragédia em monólogo que esbarra na indiferença pública. Eles afinal compreendem a vida e o País. Quando não vingam ser ministros, são amanuenses, visto que não podem comer os seus livros como Ezequiel. O conde de Azevedo escreveu jocosamente muita poesia. Os fidalgos letrados comunicavam-se assim espiritualmente com as fidalgas amigas das musas. Em dias de anos, de csamento, de baptizado, havia quase sempre décima ou soneto a espumar risos de chalaça urbana – graça portuguesa, uma coisa funérea que faria chorar a graça francesa. Liam-se estas lucubrações depois de jantar, tiravam-se traslados, regalavam-se os parentes distantes com a remessa dessas flores de abóbora, e guardavam-se os ensebados autógrafos entre as páginas do *Feliz Independente* e da *Virgem da Polónia*. (...) Não pertence a esta doméstica alegria do génio a seguinte poesia do conde de Azevedo. ■

Camilo Castelo Branco
(*Cancioneiro Alegre*, 1879)



"O Conde de Azevedo ouviu ler *A Morte de D. João*, do Sr. Guerra Junqueiro, e não me consta que fizesse passar o poema ao ventre fecundo da Mãe-Terra pelo esôfago da sua latrina no largo de Santo António do Penedo." (Camilo)

Episcurista Inofensivo

Poesia do Conde de Azevedo

I

Sacrificar a sorte aos vãos caprichos,
A fortuna, a saúde, a paz, a vida,
A troco de ganhar na humana lida
De homem de grande tom sonora fama;
Pode ser o melhor, mas para mim,
Digo-o aqui baixinho,
Não quero a glória assim.

II

A mais sólida glória a considero
Em que o 'spírito meu tenha descanso;
Que, qual dum rio o plácido remanso,
Quase sem eu sentir meus dias corram;
'té que afinal à sepultura desça
Sem ter tido nunca
Uma dor de cabeça!

III

Ao almoço, ao jantar, e mesmo à ceia,
Unido ao paladar o pensamento,
Não deve perturbar-me um só momento
O prazer que então gozam meus sentidos:
Único sentimento ali me seja,
Contínua saudade
Do que ainda sobeja!

IV

Deitando-me a dormir em mole cama
Nas mais compridas noites de Janeiro,
Comigo se há-de achar sonho primeiro
Já depois de nascido o Sol seguinte;
Quero então acordar, quero estirar-me
E a boca abrir lânguida!
Quero depois coçar-me!

V

Se neste ensejo à porta do meu quarto
Batendo de mansinho o meu criado
Vier dizer: "Senhor, se deputado
Quer ser à cortes, anda o regedor
A passar os bilhetes, e é maré";
Respondo: "São horas,
Venha leite e café."

VI

Se para o Ministério me apontasse,
Enganada a opinião por incidente,
Daria logo parte de doente
Até ser o lugar por outro cheio;
Vale mais receber que dar despacho,
E ter carregados
Que carregar os machos!

VII

Ir comandar a tropa nem por sombra,
Setembrista, carlista, ou miguelista;
Esta nação de farda e sobrevista
Se catanadas dá, também as leva!
Nada de guerras, nada de batalhas,
Eu não quero glória
Colhida entre mortalhas!

VIII

Diplomático ensaio inda sofrera
Se mister lhe não fora mentir tanto,
Soltar, querendo rir, amargo pranto,
E querendo chorar, rir então muito;
Passar vigílias mil, estudar manhas,
Mostrar boca aberta
Para engolir patranhas!

IX

Aos Síros que aproveita, e aos Alexandres,
Césares, Fredericos, Bonapartes,
E a mil outros famosos noutras artes,
A poder de trabalhos e perigos,
Essa coisa ganharem dita glória?
Mais doce é a vida
Na cama que na história!

X

Sem gabar-me direi: tenho comido
E bebido também sofrivelmente;
Em mangas tomo a fresca em tempo quente,
Assento-me ao fogão quando faz frio;
No mundo estou qual paio no fumeiro,
Ninguém lhe faz vénia
Nem lhe pede dinheiro!